



Um Mergulho em Porto Covo

D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724 - 1814)
Percorrendo a costa em 1794

Comemoramos neste número do jornal Redes do Tempo os 40 anos da freguesia de Porto Covo, no momento em que também passa 300 anos sobre a data de nascimento de D. Frei Manuel do Cenáculo, uma das maiores figuras da cultura portuguesa do Iluminismo, apaixonado por Sines, pelo ar marítimo que lhe revigorava as forças para se dedicar à Arqueologia e à escrita de algumas das suas mais importantes páginas. O encontro deste homem notável com a costa de Porto Covo, no ano de 1794, mesmo antes da povoação existir, ficou registado nas páginas do seu diário, que aqui transcrevemos com alguma liberdade.

Na segunda feira 28 de julho, saímos [de Sines] pelas três e três quartos da manhã, e fomos à Cruz de S. Torpes na Foz [da ribeira da] Junqueira, uma légua, e daí a Morgavel [mais] meia légua, e daí a Burrinho outra meia légua, meia légua a Porto Covo e [outra]meia légua ao Forte de Pessegueiro, que é um Forte que dele distas [um] Tiro de canhão: é muito regular, mas destruído pelo terramoto. Tem três quarteis e é um quadrado com seus hornaveques, fosso e estrada coberta, com seus travezes.

Este governador cuidou de que se lhe preparasse a capela necessária para terem missa aqueles moradores, e lhe colocou um painel da Senhora da Assunção, que era o orago, chamada do queimado, porque dali a meia légua está um cercado e monte onde havia uma capela com a imagem da Senhora da Assunção, que hoje está na capela da parte direita da Igreja de Vila Nova de Milfontes.

É grosseira, mas a cara agradável. O feitio é do tempo da Imagem de S. Bento da Aldeia Nova, escultura gótica. É tradição de que aparecera num silvado com algum sinal de queimada, atribuído a que, no tempo em que os mouros infestavam estes sítios, ali feriram aquele destroço, desembarcando na rota do areal, que dista do queimado menos de quarto de légua, onde há hum nascedio de rica água, e os nosso barcos ali vão fazer água[da], e destes nascedios há bastantes no areal continuado à margem do mar, até Vila Nova, o que lhe dá o nome de Mil Fontes.

A capela do Forte é servida por um capelão, que o faz bem, e na missa faz estação doutrinal: é pago pelo Militar: tem dois tostões por dia, e «réctro» livre. O governador tem requerido [artilharia], e não obtido: contudo tem duas peças montadas que desapareceram quando eu cheguei.

Fizemos a légua ao Malhão, e logo a outra a Vila Nova, onde chegámos pelas dez horas. Da Fortaleza do Pessegueiro observei a Ilha, que distará de terra coisa de duzentas braças de água, na extensão. Ela terá o dobro de comprimento e menos de largura. Por o lado do meio dia (Sul) arremata em um penedo bastante erguido que finge uma torre. Tem um ilhéu, e bastantes pedras. (...) Em maio se vão ali divertir (...). A Ilha é cônica, e no alto se lhe faziam uma fortaleza de cantaria que chegou aos cordões, e na raiz há umas «cortaduras» que parecem queriam fosse muro que a cerrasse, e servisse aquilo de porto pela necessidade que há deles nestes mares e de refugio às embarcações porque desde Setúbal até Lagos não os há, senão o de Sines, [Porto] Covo, Vila Nova; e mais nada.

Porto Covo é uma calheta entre duas barreiras que poderá conter sete, até oito, barcos: no alto, da parte de Sines tem um armazém, coisa de 50 palmos de comprido, que mandou fazer o Negociante Bandeira para recolher trigo: junto a ele, de um lado, está uma casa de uma viúva, mãe de um barqueiro (...) e da outra parte (...) outra casa de [um] contratador de carvão, em Lisboa, e uma pequena casa de bodega com um forno, e da parte de Vila Nova está em baixo uma taberna de ramados de esteva e tojo (...).



Nota do Presidente

A freguesia de Porto Covo completa 40 anos, mas a sua história é bem mais antiga, como nos lembram Carlos Tavares da Silva, o arqueólogo que mais longa e profundamente estudou a Arqueologia de Sines, a propósito da ocupação da Ilha do Pessegueiro, e António Martins Quaresma, de que acabámos de lançar mais um livro, dedicado precisamente à história local.

Era tradição antiga que uma grande festa tinha de ter um mastro, à volta do qual se dançava ao som do acordeão, como recorda Rosalina Maria Rodrigues Adilário, que acabou de soprar as 100 velas do seu bolo de aniversário. A execução das delicadas decorações de papel colorido era uma tarefa tipicamente feminina, cujo saber era transmitido de geração em geração. Foi assim que Aurinda Cruz aprendeu todos os preceitos com a sua mãe, Edília, e com Rosa Maria Correia Rodrigues, de quem o Museu de Sines conserva diversas peças, oferecidas pelo filho, Joaquim Matias, que todos conhecem por fazer as visitas guiadas à Ilha do Pessegueiro, de que é apaixonado zelador.

Hoje, felizmente, a criatividade feminina pode expandir-se por outras áreas e ganhar asas, como bem o demonstra a joalheira Tania Gil, que, com os pés bem assentes nas areias de Porto Covo, ultrapassa fronteiras com as suas verdadeiras obras de arte.

Novas gerações desbravam novos caminhos, outras partem deixando-nos um legado valioso de que todos nos orgulhamos, quando lembramos o papel importante que desempenharam Antónia Romão, poetisa e animadora cultural, num tempo em que essa designação nem sequer existia, e Luís Gil, que foi o primeiro presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo.

Nuno Mascarenhas

Presidente da Câmara Municipal de Sines

Carlos Tavares da Silva A Arqueologia da Ilha do Pessegueiro

Não se pode falar de Porto Covo sem lembrar a Ilha do Pessegueiro, cuja ocupação humana é mais antiga que a da própria sede da freguesia, como bem nos lembra o arqueólogo Carlos Tavares da Silva que, desde inícios da década de 70, tem vindo a revelar os segredos escondidos sob as areias de Sines. O livro que escreveu, juntamente com Joaquina Soares, sobre a Ilha do Pessegueiro, Porto Romano da Costa Alentejana, é uma referência incontornável para quem quer aprofundar o conhecimento deste lugar único da nossa costa, que apenas podemos aflorar nesta entrevista.

O início dos trabalhos

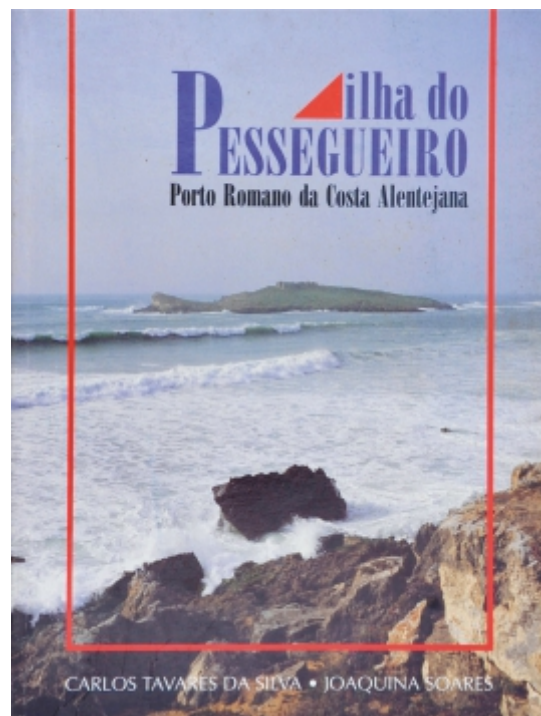
Em 1980, um vendaval tremendo varreu a ilha do Pessegueiro, pondo a descoberto um conjunto de vestígios arqueológicos que ficaram expostos ao efeito destruidor das ondas. Por isso, o Núcleo de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines teve de intervir, de início focado na conservação das estruturas postas a descoberto, mas, depois, alargando as escavações para zonas menos ameaçadas, mas que havia todo o interesse em conhecer, porque nada se sabia então da Arqueologia da ilha.

Felizmente, nesse momento estava a decorrer um curso de Antropologia Pré-Histórica, com a duração de três anos, no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, em que participaram algum dos mais eminentes arqueólogos portugueses, aproveitando-se a ocasião para que alunos desse curso tivessem a sua componente prática precisamente na ilha. Durante os trabalhos, que decorriam normalmente em agosto, o GAS convidava também alunos universitários, ou dos últimos anos do secundário, filhos de funcionários seus, mas não só, para virem participar nas escavações. Chegou a ser uma equipa de 40 pessoas! Acampadas junto da praia, mesmo em frente à ilha, naturalmente com a devida aprovação das autoridades, o que permitiu realizar todo o trabalho em apenas 5 anos.

Todos os dias atravessávamos o canal num zebro pilotado pelo senhor Vilhena, que foi, desde quase a fundação do Núcleo de Arqueologia, o meu braço direito em Sines, tendo coordenado as



Planta da área escavada na ilha do Pessegueiro, 1993.



Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, *ilha do Pessegueiro Porto Romano da Costa Alentejana*, 1993.

equipas que no terreno levaram a cabo trabalhos tão importantes como a escavação da Necrópole do Pessegueiro, situada próximo do forte e vulgarmente conhecida por Cemitério dos Mouros, ou as sondagens realizadas no Castelo de Sines. Apesar das águas parecerem tranquilas, só um conhecedor das correntes e das rochas submersas se deve aventurar na travessia. Algumas vezes, mesmo em agosto, apanhámos nortadas de tal ordem, que tivemos grandes dificuldades para chegar ao nosso destino!

Os vestígios mais antigos

Identificámos uma primeira fase de ocupação, que começa na Idade do Ferro, nunca anterior, em princípio, ao século quarto ou terceiro aC., de influência mediterrânica, se quiserem Ibero-Púnica, embora o termo esteja um bocado desatualizado, e que se prolonga pelo período Romano Republicano. Seria uma ocupação sazonal, eventualmente centrada na pesca e no comércio, porque o canal que separa a ilha de terra é um belíssimo fundeadoiro, mas apenas durante o verão, o que não era de desprezar numa costa com poucos locais de abrigo para além da baía de Sines e da foz do Mira. Ter-se-á seguido uma fase de abandono, ao que cremos a partir da segunda metade do século I. aC..

Esta ocupação não se estendeu a toda a ilha, mas centrou-se no seu lado Sul, onde existe uma certa depressão, e que, por isso, está mais protegida dos ventos de norte e noroeste. Mas pouco sobreviveu

desta fase, pois, logo no início do período Imperial Romano, em meados do século I, esta zona da ilha foi terraplanada em socacos, escavados na própria rocha arenítica, para implantação de novas construções, quase apagando, assim, os vestígios anteriores.

A ocupação Romana

Foi sobre este terreno nivelado que se ergueram as novas edificações: fábricas de preparados piscícolas, casas de habitação, armazéns e até mesmo um pequeno balneário. Podemos estabelecer duas grandes fases para esta nova ocupação, decorrendo a primeira entre meados do século I e finais do século II, apanhando aquilo a que designamos habitualmente como Alto Império, e que é essencialmente de carácter comercial. A ilha funciona então como um entreposto. Recebia do Sul, do Mediterrâneo e do Algarve, ânforas de azeite, delicada cerâmica sigillata do sul da Gália, que depois exportava, talvez para o interior, enquanto exportava minério de ferro, que provavelmente viria das minas do Cercal, situadas apenas a cerca de 7 km.

Na segunda fase, a partir da segunda metade do século II e sobretudo no século III, a ilha perde aquele carácter essencialmente comercial para ganhar um carácter industrial. Curiosamente, quando a indústria de salga de peixe, que tinha sido florescente em Sines, no Alto Império, perde importância. Não nos podemos esquecer que a ilha fica nas proximidades de um importante banco de pesca, rico em sardinha e estes preparados de peixe, que eram exportados em ânforas, eram

essencialmente constituídos por sardinha, não muito grande, com cerca de 12 cm de comprimento.

Nesta fase estiveram a laborar duas oficinas e talvez uma terceira, cuja escala é próxima das que foram encontradas em Sines, uma com 7 x 17m e outra com 8,6 x 7,8m, com os seus pátios centrais pavimentados a *opos signinum*, rodeados por tanques escavados no arenito, de tamanhos diferentes.

Durante o Alto Império, as ânforas olearias, destinadas ao transporte de azeite, vinham essencialmente da Bética, ou seja, do Sul de Espanha, de uma zona que era a grande produtora de azeite. Ao longo do Guadalquivir encontram-se dezenas e dezenas de lagares romanos! Para acondicionamento das salgas, a ilha não produzia, evidentemente, ânforas. As que encontramos, datáveis do século III, são fabricadas no Algarve ou na Andaluzia Ocidental, na região de Cádiz, que era uma importante cidade entreposto – que já o havia sido durante a época Fenícia.

Encontrámos, sobretudo, um modelo de ânfora conhecida como Almagro 50, que é uma ânfora alta, cilíndrica, que transportava peixe salgado. Aparece na ilha precisamente no século III e seria utilizada para transporte da produção local. Inclino-me mais para a sua proveniência algarvia, porque muitas apresentam a marca de oleiro AEMHEL que até agora só se encontrou em telhas algarvias dessa época.

No século IV e primeira metade do V, há uma outra diversidade de ânfora e algumas delas poderão ter sido produzidas no estuário do Sado, antes do



Fotografia de Carlos Tavares da Silva.

complexo da ilha ter sido definitivamente abandonado, apenas voltando a surgir novas construções em finais do século XVI, quando se voltou a valorizar o seu potencial portuário, que se tentou melhorar prolongando-a artificialmente, mas isso é já outra história...

A partir de entrevista de Carlos Tavares da Silva, realizada por Ricardo Estevam Pereira a 27 de setembro de 2024.



Ruínas romanas na ilha do Pessegueiro, fotografia de Ricardo Estevam Pereira, 2005.

Joaquim Matias

O Guardião da Ilha do Pessegueiro

Joaquim Matias viu a luz do dia em 1948, nos Foros da Pouca Farinha. Foi pescador, primeiro em Porto Covo, depois ao largo da Gronelândia na pesca do bacalhau. Quando regressou veio trabalhar para a Condotte, na construção do Porto de Sine. Mas foi em 1999 que embarcou na maior aventura da sua vida, ao obter a concessão das visitas à ilha do Pessegueiro, a que dedica uma paixão incondicional que procura transmitir a todos os que, guiados por ele, se aventuram na descoberta.

A Pesca

Aos 14 anos tirei a cédula marítima, para pescar nos botezinhos aqui do Porto Covo. Mais tarde, fui trabalhar para Sines, já para outro barco. Entretanto, o senhor Fernando Lamelas perguntou-me: «Joaquim, gostavas de andar num navio grande?», respondi que gostava. Ele era engenheiro na frota dos bacalhoeiros e recomendou-me a um comandante.

Em 1966, chamaram-me a Beja, a algo semelhante a um centro de inspeções. Pensei que era para ir à tropa, mas não, era, afinal, para a escola de pesca. O comandante pôs-me 6 meses a estudar, para ser marinheiro profissional. Quando terminei, embarquei num navio bacalhoeiro. Estive lá 12 anos, em três navios diferentes: o Nossa Senhora da Vitória, o Invicta e o David Melgueiro. Todo este tempo nos mares do Norte. Passei um mau bocado na Gronelândia, com muito frio. Até gaivotas eu comi! Sabem a peixe e tem uma carne muito rija. Eu andava cansado de comer a comida embarricada. Comíamos todos os dias a mesma coisa. «Espera aí... uma gaivotinha de vez em quando também sabia bem!».

A pesca do bacalhau foi muito boa para as nossas vidas. Eu estava na Gronelândia e a minha mãe recebia cá o meu ordenado, 900 escudos por mês, naquele tempo era dinheiro. 150 escudos chegavam para a casa e o resto era para ela e o meu irmão estarem bem. Foi bom.

Depois, quando eu chegava era o Sr. Doutor! Recebia muito dinheiro comparado com os de cá. Passei a viver melhor, não me faltava nada, comia e vestia o que queria, ia para os bailes da esplanada, pagava rodadas aquela malta toda. Não me custava nada!

A Ilha

Após estes 12 anos, vim trabalhar para a Condotte (Società Italiana per le Condotte d'Acqua 1880) na construção do Porto de Sines. A minha mãe já lá estava, era a empregada número 1 inscrita na empresa. Eu quando entrei fui o 288.

Ainda na Condotte, construí um barco novo para mim e para o meu cunhado, de que paguei metade. Roubaram-me o barco! Fiquei sem o dinheiro e sem o barco. Mais tarde comprei outro e continuei a minha vida de pescador até me chamarem novamente para a Condotte, para um novo serviço. Estive lá mais dois anos até aparecer esta oportunidade da concessão da ilha do Pessegueiro, a que concorri e ganhei.

Tudo começou em 1998. A ilha era então um caos, cheia de lixo deixado pelas pessoas que a visitavam por conta própria, através de pescadores ou de operadores que estavam na praia e alugavam caiaques e “gaivotas”, que as transportavam para lá. Eu, nessa altura, era pescador profissional e o pessoal do restaurante, que existe junto ao Forte do Pessegueiro, ligava-me constantemente porque ficavam lá pessoas esquecidas. Perguntavam-me se eu não as podia ir buscar, muitas vezes com mau tempo, outras de noite. Era tudo à balda, era perigoso, e o lixo ficava todo lá.

Entretanto, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina abriu concurso para a concessão da ilha, estabelecendo as diversas condições, e eu concorri. O Luís Gil, que foi o primeiro presidente da junta de freguesia, em 1985, e é o autarca que mais anos e mandatos esteve no cargo, alertou-me para o concurso. Ele sabia o que se estava a passar na ilha, tinha consciência de todos os problemas. As pessoas



Joaquim Matias, década de 1980.

iam para lá comer, algumas ficavam a dormir, outras até acampavam semanas inteiras. Apanhavam o marisco, o peixe, comiam na ilha e deixavam lá o lixo. Fui o único a concorrer e ganhei a concessão das visitas guiadas à ilha do Pessegueiro.

A História da Ilha

Antes de tudo isto, na década de 70, o mar tinha galgado a ilha sucessivamente, desassoreando várias paredes construídas pelos braços humanos. Foi uma admiração para mim e não só, porque eu ia para aquela ilha desde pequeno e ninguém conhecia nada daquilo. Em 1980, os arqueólogos Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares iniciaram as escavações arqueológicas com o grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines, mais tarde prosseguidas pela Unidade de Arqueologia da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano, em colaboração com o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. Acompanhei muito de perto este processo porque, quando, às vezes, era necessário, eu transportava, de barco, as pessoas que iam para lá trabalhar.

A minha convivência com os arqueólogos ajudou-me a conhecer a história da ilha. Ainda como pescador profissional, tive todo o interesse em saber mais sobre o que se estava a passar lá, e até comecei a comprar livros sobre o assunto, a averiguar tudo o que se passava e a aprender. Eu não tenho estudos, tenho apenas a quarta classe. A todos os cientistas, das diversas áreas, tenho de agradecer pelos conhecimentos que partilharam comigo.

Quero acreditar que o meu trabalho, ao longo destes 25 anos, tem sido importante para o Porto Covo. Vejo o interesse das pessoas pelo passeio bonito que fazem à ilha, pelas minhas narrativas e pelo conhecimento que partilho com elas.

Olho para este quarto de século e o que me deixa mais feliz é ver a ilha do Pessegueiro, de que sempre gostei e onde, enquanto puder, sempre tornarei. A coisa que mais me faz feliz é fazer



Joaquim Matias e outros pescadores, baía de Porto Covo.

aquilo que gosto: mostrar aos portugueses, de Norte a Sul do país, aos espanhóis, aos holandeses, aos canadianos, etc., a todos os que me procuram, esta ilha. Mostrar a minha terra e contar a sua história a quem nos visita.

As pessoas que hoje visitam a ilha são diferentes daquelas que vinham nos primeiros anos. Hoje é um tipo de pessoa com mais poder económico. Normalmente, tenho mais visitantes do Norte, de Viseu, de Braga, do Porto. Tenho também bastantes da região centro e de Lisboa. São impecáveis, vale a pena lidar com eles porque são pessoas com uma excelente civilização.

Infelizmente, os da região interessam-se menos pela ilha. Tenho até ouvido pessoas a dizer que não há lá nada, mas há. Há muita história, estruturas romanas, muitos vestígios da terceira dinastia portuguesa, dos finais do séc. XVI. Uma história bonita e que está lá à vista. Os filhos do Porto Covo têm tudo isto à porta, mas, mesmo assim, também não vão lá.

Adoro este meu trabalho, porque as pessoas pagam a visita, mas vêm de lá satisfeitas. Reconhecem que ainda devo continuar por mais uns anos e continuarei enquanto conseguir e me deixarem. Fico muito feliz por isso.

A Mãe, Rosa Maria Correia Rodrigues

Antigamente, faziam-se mastros de promessa. Prometiam fazer um quando os filhos voltassem da guerra, por exemplo, ou, como a minha mãe fez, quando voltei são e salvo do primeiro ano da pesca do bacalhau. Estas duas bandeiras que eu encontrei no sótão da casa dela são desse mesmo mastro. Ela é que as fez, tal como as outras bandeiras, flores de papel, e os restantes enfeites.

Quando fui para Sines, fui morar para o bairro de pescadores, que ficava junto ao forte do Revelim. Eram só barracas de madeira. Ai o mastro foi feito com a ajuda das moças, algumas ainda estão vivas, como a Deolinda ou a Olga. Fizemo-lo para nós bailarmos, e foi uma coisa bonita.

O António Cabrinha, que era o verdadeiro mestre dos mastros, é que conhecia bem aquilo! Com a ajuda da minha mãe e de outras mulheres, fizeram a saia, as bandeiras, as flores, enfeitaram tudo e no fim empinámos o mastro. Como tinha dinheiro, fui à padaria mandar fazer os biscoitos, arranjámos um acordeonista, e dançávamos, dávamos pulos e saltos com as moças à volta do mastro.

Eu nesse ano tinha regressado na época do S. João, mas quando não conseguia voltar nas marés dos Santos Populares, eles faziam um mastro na mesma e mandavam-me cartas com fotografias. Era assim...



Rosa Maria Correia Rodrigues, mãe de Joaquim Matias, década de 1970.



Ilha do Pessegueiro e costa adjacente, desenho de Alexandre Massai, 1621.



Bandeiras do mastro de promessa feito no primeiro ano de Joaquim Matias na pesca do bacalhau.

No Bairro das Índias também faziam mastros, mas como não eram de promessa eram mais simples. Era um pau empinado, cheio de verduras à roda e com 4 cordas a segurar, também enfeitadas com aquelas bandeirinhas de papel. Não tinha biscoitos, era só para a malta dançar em torno do mastro. As bandeiras e os enfeites mais recentes, são de mastros que a minha mãe ajudou a fazer no Porto Covo. Quando começaram a fazê-los, a minha mãe vinha sempre, sempre, sempre fazer bandeiras, flores de papel. Era tudo feito por ela e pelas pessoas que ajudavam.

A partir de entrevistas de Joaquim Matias, realizadas por José Miguel Vidal a 31 de julho e 9 de setembro de 2024

Aurinda Cruz

O «bichinho» dos Mastros

Nascida em... mantém viva a tradição de decorar os mastros, que no passado constituíam uma das mais genuínas tradições locais, onde se cruzavam a religiosidade popular, com algumas sobrevivências de paganismo camufladas pela atmosfera festiva que os envolvia e que servia para unir todos os vizinhos e amigos num esforço comum, depois usufruído por todos. Estes saberes, passados de geração em geração, constituíam uma das manifestações artísticas permitidas às mulheres, que se podiam exprimir através das formas e das cores num tempo em que as chamadas «Belas Artes» lhe eram inacessíveis.



Rosa Maria Correia Rodrigues, mãe de Joaquim Matias e Edília Cruz, mãe de Aurinda Cruz, década de 1990.

Os Mastros de Promessa

Um mastro de promessa era feito e tinha de ficar 24 horas de pé. Antigamente era assim, não se derrubava antes. À mesma hora que se levantava o mastro era a hora a que, no outro dia, se derrubava. Normalmente, fazia-se durante a tarde e às seis, sete horas, levantava-se. Depois, no outro dia, àquela mesma hora derrubava-se. Na saia, penduravam-se biscoitozinhos, para agradecer ao Santo que, por exemplo, lhe protegeu os filhos, como aconteceu no tempo da guerra colonial, ou de alguma doença, era aquele sentimento religioso que vinha ao de cima.

A minha mãe, que se chamava Edília, também prometeu um mastro, porque esteve muito doente e o médico mandou-a para casa, para vir morrer junto de nós, mas as coisas reverteram-se e tal não aconteceu.

Entretanto, nessa enfermidade, prometeu fazer um mastro se se salvasse, mas como o dinheiro era pouco e o meu pai não era muito crente nessas coisas, com medo que ele não lhe desse o dinheiro para comprar a farinha, o açúcar, e as outras coisas necessárias para fazer os biscoitos, prometeu ir pedir essas coisas de porta em porta para fazer esse mastro.

E fez-se o mastro, cumpriu-se a promessa. E era assim! Quando as pessoas não tinham possibilidade, o que era muitas vezes a realidade, um vaso servia para por o mastro, ou até uma garrafa. Chamava-se mastro de garrafa e fazia-se em casa. Era assim: tinham o mastro enfeitado, e depois fazia-se uma armaçãozinha pequenina, com todas as coisinhas, com os predicados todos: as bandeirinhas, os balões, os arcos, e faziam-no pequenino e montavam. Era a mesma coisa, como se fosse na rua ou se fosse um mastro grande.

As pessoas enfeitavam tudo e era como um mastro grande, tiravam à mesma hora que levantavam, a única diferença era o tamanho. Depois faziam uns bailinhos, metiam em cima da mesa, e dançavam à volta.

De mãe para filha

A minha mãe sempre foi fazer os mastros a Porto Covo, pelo São João. Nessa altura, quando começaram a fazê-los, sem ser por promessa. Chegavam a ser muitos, mas muitos mastros. Faziam um aqui e outro naquela casa ali, na outra semana ou na outra, ou mesmo no mesmo dia, podia haver outro mastro. Agora é com acordeonistas a animar o baile, mas antigamente faziam um mastro, convidavam uns vizinhos e depois as pessoas cantavam. Faziam os bailes de roda.

As primeiras bandeiras que apareceram não eram nada em papel. Porque não havia... Era Tecido! Trapos, uns trapinhos que as pessoas encontravam, restos, e faziam as bandeiras e coloriam as bandeiras dos mastros. No alto era a saia, rodeada pelos arcos que é onde ficam os balões. Depois começaram a fazer as saias maiores, para ter mais impacto na rua. Isto quer dizer, as tradições, vão-se perdendo, vão-se inventando outras coisas, e vão-se transformando, com o tempo, como nós.



Aurinda Cruz, fotografia de Junta de Freguesia de Porto Covo, 2023.

O saber fazer

Há pessoas que tem mais jeito, jeito e gosto. E é o meu caso também. A Sandra, da Junta de Freguesia, não se cala comigo: «ah venha lá Aurinda, venha ajudar-nos». Porque eu também fui criada, a ver a minha mãe a fazer os mastros, em Porto Covo.

Convidavam-na sempre para ir enfeitar e para fazer os biscoitos, que ela também cozia e fazia sempre os bolinhos, aqueles nas portas do forno. Tinham



Mastro na Sonega, década de 1990.



Mastro no Porto Covo, fotografia de Antónia Romão, década de 1960

de se amassar á mão, levavam-se dias e dias a cozer os biscoitos, para por lá em cima dos mastros.

Era quase tudo enfeitado com flores naturais. Só no inverno é que as pessoas usavam as de papel. Mas no inverno faziam-se poucos mastros. Mais tarde é que começaram a fazer mais flores de papel. No princípio só havia papel branco, que se pintava com tintas e faziam-se assim tipo rosetas

com que se enfeitavam. Não era nada como hoje, era coisas menos elaboradas porque estes papeis, isto apareceu já mais recente.

Para enfeitar a saia, vão-se fazendo um molhinho de flores que depois se juntam com fio de nylon, para não partir. Vai-se aos medronhos, às verduras, às ramagens, para por uma flor, uma ramagem, até fica tudo tapado. Não se vê madeira, não se vê nada. Aqui, em Porto Covo, acho que exageram nas flores, isto é, molhos e molhos, eu, que me lembro bem dos mastros antigos, ponho menos. A minha mãe, também era assim como eu, ou eu sou assim como ela!

A minha mãe e a mãe do Joaquim Matias, Dona Rosa Maria, fizeram muitos mastros juntas. Elas eram comadres, porque a minha mãe era madrinha do Joaquim, e iam sempre ajudar, muito provavelmente, esse último mastro que fez, e que vocês encontraram as bandeiras e outras coisas no sótão dela, foi também o último da minha mãe. Elas partiram na mesma altura, e iam sempre juntas ajudar nos mastros.

A partir de entrevista de Aurinda Cruz, realizada por José Miguel Vidal a 2 de outubro de 2024



Bandeira de um mastro feita por Rosa Maria Correia Rodrigues, doação de Joaquim Matias ao Museu de Sines.



Marcha de São João à volta do Mastro no Porto Covo, fotografia de Antónia Romão, década de 1960

Antónia Romão

Em 2023 partiu uma das mulheres mais marcantes de Porto Covo. Se as palavras que nos deixou ficarão para sempre como testemunho de um tempo já passado, a energia com que dinamizou o teatro amador ou as marchas, a forma como cantava com uma voz inconfundível, até aos últimos dias, só podem ser evocadas, mas ficarão como testemunho da tenacidade de uma mulher que soube ultrapassar as limitações do espaço e do tempo em que viveu.

Ver *Redes do Tempo* nº4, disponível em linha.



COMO AS LETRAS FALAM

Vinte e três letras descrevem
O tudo que há no mundo
Da maior felicidade
Ao sentimento profundo

Com quatro letras se escreve
O fado de um peregrino
Oito letras é tristeza
Sete se escreve destino

Com nove se escreve esperança
O símbolo do meu viver
Três letras se escreve a dor
A dor que nos faz sofrer

A palavra saudade
Que nos domina e agarra
Também sete letras tem
Trinado de uma guitarra

Dez letras tem sofrimento
Perdidamente tem mais
Meu coração tem suspiros
Três letras têm meus ais

Antónia Romão (2004) - *A vida que não vivi*. Porto Covo: Junta de Freguesia. p. 76

Rosalina Maria Rodrigues Adilário

Nada se parece com antigamente

Ao completar um século de vida, os olhos de Dona Rosalina continuam a brilhar ao recordar os mastros, os bailes ao som do acordeão, os banhos de 29 de agosto, os fotografos *à la minute*, e tantos outros preciosos momentos que quebravam monotonia dos longos dias de trabalho árduo. É hoje a habitante mais antiga de Porto Covo e uma memória lúcida desses tempos já passados.

Nasci em 1924, em Messejana e vim para o Vale da Braqueirinha, perto do monte da Parreira, onde os meus pais compraram uma propriedade. Trabalhávamos todos no campo porque não havia máquinas, ao contrário de agora. As mulheres hoje já não trabalham como antigamente. Eu trabalhei muito porque os meus pais também tinham muito que fazer. Semeávamos trigo para a lida da casa e, algum que sobrava, vendíamos para o celeiro de Sines. Tínhamos de o mondar, ceifar, fazer tudo e depois levar ao moinho, que ficava para os lados do Cercal, onde faziam a farinha que depois levavam à casa do meu pai e dos outros lavradores, para fazermos pão. Todas as semanas cozíamos uma fornada de pão.

O Banho 29 no Pessegueiro

Quando casei, fui morar para os lados da Ilha do Pessegueiro, num terreno do meu sogro que se chamava Salvador Vilhena e foi dono do Porto Covo. Inclusivamente, há uma rua com o nome dele. O Conde de Bandeira, quando vendeu o Porto Covo, vendeu a dois senhores. Um deles era o meu sogro, e o outro, um sobrinho dele, que é meu genro.

Quando morava junto à ilha, assisti muitas vezes ao banho 29. As pessoas levantavam-se de madrugada e lá iam ao mar. Vinha um disparate de gente de fora. Eu conhecia quase todos, mas vinha também gente do campo, ao que nós chamávamos os campaniços, com carroças tapadas, umas atrás das outras, e acampavam em frente do forte. Até vinha gente da minha terra, de Messejana.

Traziam farnéis e faziam pequenas fogueiras com carvão, outros traziam fogareiros e depois a

comida era feita em panelas de barro, tudo, tudo em barro. Quando lá ia com a minha mãe achava aquilo impressionante, era só panelinhas todas seguidinhas, tudo em barro.

Os homens, por volta das 10 horas, iam tomar banho ao mar, depois vinham para as barracas descansar. As senhoras, ficavam a fazer malha, outras faziam renda, outras costuravam, coisas do género. Às quatro horas, iam novamente ao banho. Não é como agora, que estão o dia inteiro na praia. Nada se parece como antigamente...

Confesso que vou fazer 100 anos e nunca fui à Ilha do Pessegueiro. Mas ao Forte do Pessegueiro fui imensas vezes. Também se faziam lá grandes bailes. Naquela primeira praça, que tem uma largura que é uma coisa enorme, era muito bonito com a vista para o mar.

Na Sexta-feira Santa, também vinha imensa gente ao mar, aos ouriços ou a qualquer marisco que dessem apanhado. Vinha muita gente do Cercal e nesse dia havia um grande bailarico. O meu marido também ia nesse dia e depois, o que apanhasse, era colocado dentro de um tacho, lapas, mexilhões, percebes, tudo. Era lavado, posto no tacho, um bocadinho de sal e água da fonte. Os ouriços eram assados, fazia-se uma lareira grande, com lenha e punham-se a assar. Por vezes lá se fazia um arroz de lapas ou arroz de mexilhão.

Gostei muito de morar ao pé da ilha, vim de lá para morar no Porto Covo e daqui fui para o Monte do Bem Parece, que o meu marido herdou dos pais.

Restaurante

Da ilha, vim morar para o Porto Covo, para uma casa que era da minha cunhada e que o meu



Rosalina Adilário, fotografia de Ricardo Estevam Pereira a 9 de agosto de 2024

marido arrendou. Tudo isto há 50 anos. Foi um café e um restaurante, chamava-se *Café Popular*. Cozinhávamos de tudo, fazia-se todas as qualidades de carne e de peixe. Tenho várias memórias dessa altura.

Um sobrinho meu, que vai agora fazer 80 anos, era empregado do Salvador da Cunha, que morava em Lisboa e queria assar um borrego com 18kg. Fomos os únicos que aceitámos aquela responsabilidade. Temperei o borrego com alho, margarina, vinho branco e colorau. Tinha que tirar todas aquelas gorduras do animal e depois barrar com esta pasta. Infelizmente, não se conseguiu assar o borrego inteiro, tal como o Doutor Salvador queria, não dava, era muito grande. Tivemos que o cortar ao meio. O Zé Custódio, do talho, que é pai do António do talho, cortou-o para mim e foi assado no forno da padaria da Dona Josefa, que me emprestou as bandejas grandes.



Banho 29 na praia da ilha, década de 1920/1930, coleção de Maria Alice Silva, proveniência de Vítor Vicente Silva.

Quanto é que eu pedi ao Doutor Salvador da Cunha por assar o borrego? 15 escudos. E ele decidiu dar-me 20 por o borrego estar muito bem assado.

Lembro-me que veio cá um senhor que almoçou nessa minha casa, era o José Côrte Real, um jornalista da RTP. Também estive lá o Manuel Amaro da Costa, filho do Adelino Amaro da Costa, que morreu com o Sá Carneiro. Ainda conheci a mãe deles, comia na minha casa e dormia na casa de uma cunhada minha.

Houve uma altura, em que, todos os domingos, vinham almoçar os alemães da Base Aérea de Beja. Não havia aqui nada atrás dessa minha casa, era uma floresta. Lembro-me da primeira vez, trouxeram um helicóptero e pousaram ali. Veio imensa gente, que nunca tinha visto um helicóptero. Chegavam a ser uns 50, com aqueles carrões grandes pretos.

Os Mastros

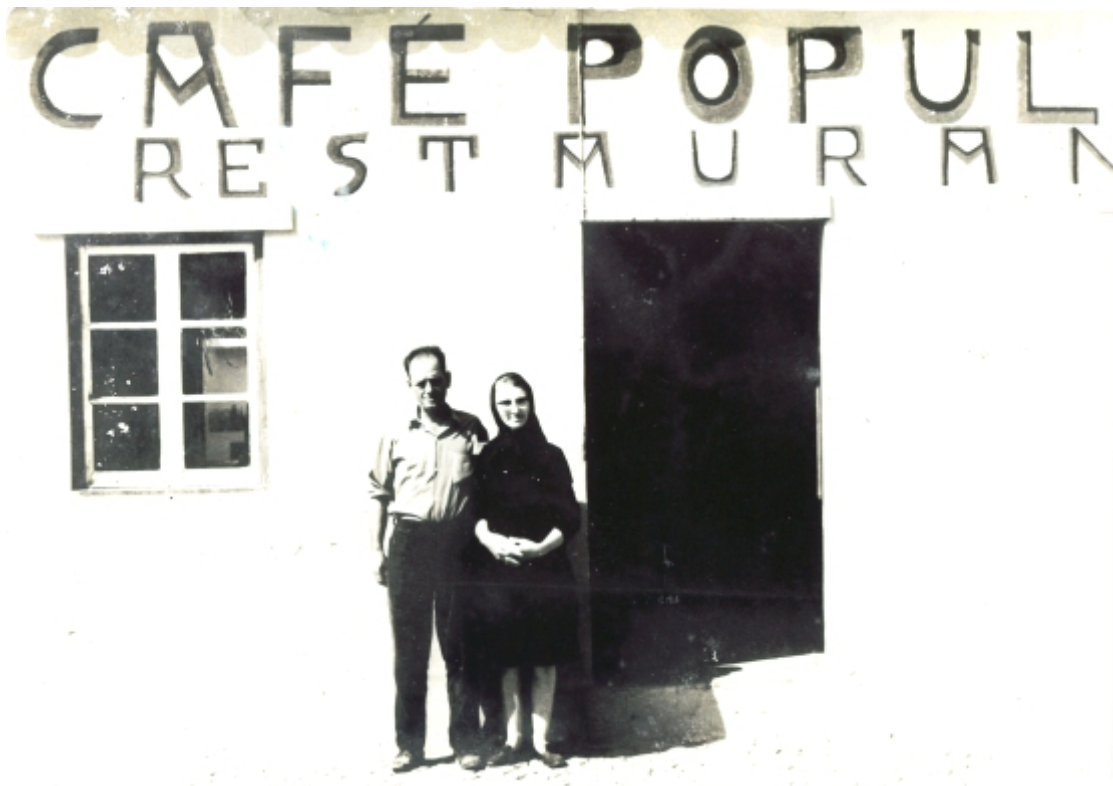
Recordo-me muito bem dos dias de festa. Antigamente, quase toda a gente fazia promessas e faziam-se grandes mastros. Associados aos mastros estavam grandes bailes. Isto agora está tudo muito diferente. Fazia-se um baile pelo Natal, outro no Ano Novo e assim sucessivamente, em todos os dias de festa havia sempre um bailarico. Agora já não, não se vê nada disso. Também fazíamos pelo Santo António, pelo São João.

A Dona Antónia Romão era quem organizava as marchas nessa altura (ver Redes do Tempo n.º 4), e quem fazia os mastros era um senhor chamado António Cabrinha. No verão enfeitavam-se com flores do campo, que íamos buscar numa carreta: rosas, cravos, e outras semelhantes. Mas no inverno, eram feitas flores de papel.

Na casa da minha mãe só se fez um mastro. Foi um mastro de promessa, feito no inverno, no dia de São Brás, a 3 de fevereiro. Foi neste dia por causa de uma cura da garganta. Veio imensa gente das redondezas. Foi enfeitado com papel de diversas cores que a minha mãe comprou. O arco da saia era de cana e decorado em volta até ficar todo enfeitado. No chão, à volta do mastro, normalmente, colocavam ervas da ribeira, mas naquele dia, não se colocou porque era dentro de casa.



Rosalina Maria Rodrigues Adilário (à direita) com os pais e a irmã, década de 1940.



Rosalina Maria Rodrigues Adilário com o marido, década de 1970.

Os biscoitos dos mastros, faz de conta que são da mesma massa do folar. Davam bastante trabalho a fazer porque eram muitos e, por isso, as pessoas juntavam-se para ajudar.

Depois havia bailarico, as pessoas dançavam à volta do mastro. Havia um acordeonista, era o Joaquim da Silva e uma outra rapariga da Cabeça da Cabra que era a Etelvina. Eles só tocavam, não cantavam. Era um acordeão enorme, a senhora até morreu nova e dizem que se desgastou imenso por tocar tanto acordeão. O pai dela é que lhe levava o acordeão para as festas. Ela era uma excelente acordeonista...

O meu marido é que organizava os *balhos* pela Feira, que eram feitos no casão perto da baía.

Antigamente a procissão era linda, saía a música, as pessoas, tudo e os padres cantavam muito bem. A volta ainda é a mesma, saía da igreja, dava a volta pela rua da padaria, passava pela Junta de Freguesia, atravessava a rua e depois subia pela rua principal, a rua Vasco da Gama. Eram só duas ruas. Nessa altura também havia feira, e fico muito triste de já não haver, era uma tradição muito bonita. Vinham pessoas de diferentes sítios vender coisas. Porto Covo já teve feira, já teve touradas, já teve isso tudo. Lembro-me bem das touradas, e as minhas netas ainda assistiram a algumas. Eram feitas por trás da rua principal, onde era a floresta.

Fotógrafos à la minute

Esta fotografia que aqui trago foi tirada à porta da minha casa, quando eu era nova. Vinham aqueles fotógrafos *à la minute*. Esta ele tirou ao ar livre. Antigamente, punham uma saca na cabeça, parecia uma saca de serapilheira, disparavam e depois colocavam as fotos dentro de água, antes de pendurar numa corda a secar. O que eles faziam lá dentro do saco eu não sei, mandavam a gente pôr-se ali à frente e eles faziam o que tinha a fazer.

Nós mandávamos fazer um vestido novo para a feira. Cabelo cortado, só pude usar depois de casada. Eu era muito vaidosa, quando ia passear armava o cabelo para cima. Passava pela vila de Sines, com a minha irmã, junto aos Galegos e de um banquinho que lá está e quando nós passávamos diziam: "olha, duas moças do monte". Este vestido era de seda, feito por uma senhora costureira, que morava ao pé da Tanganheira, a Matilde Garcias. Os sapatos comprávamos a um senhor da Sonega, ao António Sapateiro. Fui lá um dia, mandar fazer uns sapatos para usar na festa, ele pegou nos meus sapatos e disse: "A menina faz-me um favor?", "Atão, diga lá o que é Senhor António?", "Descalce lá um sapato para eu tirar as medidas e fazer uns iguais". E ele fez...

O Porto Covo antigo era uma grande miséria. Nada se parece com o que é agora. Nada, nada! Aquilo que tem dado alma a esta terra tem sido o turismo, se não fosse o turismo isto não era nada.



Rosalina Maria Rodrigues Adilário, década de 1940.

A partir de entrevista de Rosalina Adilário, realizada por Ricardo Estevam Pereira a 9 de agosto de 2024.



Tânia Gil, a 9 de agosto de 2024 na praia dos *Buizinhos* em Porto Covo.

Tânia Gil

Um tesouro por entre as pedras

Mestra na arte da Joalheria, Tânia Gil, tem espalhado as conchas das praias de Porto Covo por esse mundo fora. Mas é aqui que volta sempre, em busca de inspiração nas suas raízes, no mar, nas pedras, nos bocados de madeira, nas infinitas formas e texturas das conchas, onde encontra sempre pormenores novos e se perde, horas a fio, a imaginar novas criações que, como um búzio, nos fazem ouvir o barulho do mar. Por isso pedimos-lhe uma entrevista, precisamente na praia dos Buizinhos, com a ilha do Pessegueiro ao fundo, porque aqui começou a sua caminhada.

Nasci em 1981 e, desde pequena, eu e as minhas irmãs, Ana e Andreia, habituámo-nos a vir a pé à Praia dos Buizinhos, onde passávamos o dia entusiasmadas a apanhar búzios e conchas. Era tão fácil vir, mesmo quando éramos muito pequenas. Acho que esta praia teve um papel decisivo na minha paixão pela joalheria.

Hoje em dia, já não se encontram tantas conchas por aqui, mas antes haviam muitas. Quando eu tinha 12 anos, começámos a furar búzios, ainda com uma pedrinha e uma agulha, e a fazer colares. Alguns partiam-se, mas tínhamos muita persistência. Também apanhávamos pedrinhas, que enrolávamos em arames e transformávamos em bonitas peças. Tivemos a sorte de a minha irmã mais velha estudar na Escola António Arroio, em Lisboa, onde frequentou aulas de Joalheria e aprendeu a manusear várias ferramentas.

Nós, as três irmãs, temos uma forte ligação ao mar. É uma ligação familiar, partilhada com a Arte.

O meu avô, Joaquim da Costa, era um poeta autodidata. Aprendeu a ler e a escrever sozinho. Lembro-me bem de o ver a compor os seus versos – sempre com rimas certas – e chegava da taberna, que havia em frente de casa, trazendo sempre um poema e rebuçados nos bolsos.

Para o meu pai, Luís Gil, a pesca era uma paixão e a sua terapia. Tinha um barco e sempre que podia ia, mesmo quando os amigos lhe diziam: “Não vás que isto hoje está bravo, não está nada bom”.

O Início

Fomos incentivadas a vender as nossas peças por um casal de artesãos que, durante o verão, vinha para Porto Covo: a Paula Pão Alvo e o Carlos M. Cunha. Eles faziam sapatos e cintos em couro e tornaram-se grandes amigos nossos. Sempre que nos viam com as nossas criações, diziam: “Porque não vêm para perto de nós, para o largo (Marquês de Pombal)? Estendem uma mantinha no chão e começam a vender”. Nós éramos bastante tímidas e não tínhamos coragem, mas com tanta insistência, acabámos por aceitar, e as pessoas começaram a parar para ver as nossas peças e a querer comprá-las. Ficámos muito contentes com isso.

Lembro-me que, com o primeiro dinheiro que fizemos, fomos jantar fora e comemos um grande arroz de marisco! Ficámos tão contentes por ganhar aquele dinheiro! E pronto, todos os anos começámos a fazer o mesmo: “Vamos vender outra vez!”. E fomos continuando todos os anos, até hoje, que ainda mantenho, no largo Marquês de Pombal, a minha banca, pelo menos no mês de agosto.

O Caminho

Quando chegou a hora de ir para a faculdade, percebi que não existiam cursos superiores na área da joalheria em Lisboa, ou pelo menos perto. Havia uma escola no Norte, mas ficava muito distante, então optei por Design de Equipamento.



Tânia Gil, Troféu entregue a Péter Eötvös em 2018.

No entanto, todos os dias passava pela escola de joalharia Contacto Direto e pensava: “Assim que terminar o curso, tenho de lá ir espreitar”. E foi exatamente isso que fiz, concluí a licenciatura e comecei a frequentar um curso pós-laboral. Se conseguisse emprego na minha área, poderia conciliar ambas as atividades. Assim que entrei na escola de joalharia, percebi que era realmente aquilo que gostava de fazer. Estive cerca de quatro anos, com algumas interrupções, pois todo o material e equipamento necessário era muito caro. Fui fazendo mercados em Lisboa e, à medida que vendia as minhas peças, ia investindo, ou num alicate, ou em equipamentos. Comecei primeiro em casa, numa oficina provisória; depois, partilhei um espaço com uma colega em Belém durante um ano. Seguiram-se dois anos a trabalhar com outra colega num ateliê no Chiado. Finalmente, estou agora sozinha na minha própria loja-ateliê, onde me dedico à joalharia a tempo inteiro há 11 anos.



Tânia Gil, base do Troféu entregue a Péter Eötvös em 2018.

Troféus dos Prémios Terras sem Sombra

Adorei fazer os troféus Terras sem Sombra porque eram esculturas. Normalmente, escultura não é uma coisa muito vendável e eu tenho que ter aquele equilíbrio entre a criatividade e a parte comercial. Este desafio foi particularmente interessante para mim, pois já sabia de antemão quais seriam os premiados. Dediquei-me a estudar cada um deles e tive a liberdade de desenvolver a minha própria visão do troféu, adaptando-o especificamente a cada premiado. Lembro-me, por exemplo, de Péter Eötvös, compositor de Budapeste, cuja obra, intitulada “A Dança das Borboletas”, foi imediatamente reconhecida no troféu. Sem eu dizer nada, os premiados conseguiram perceber para quem eram cada um dos troféus, e isso para mim foi surpreendente, fantástico! Adorei fazer esse trabalho.

A base é a madeira, alguma que tinha, outra que vou recolhendo para esculturas que vão sendo adiadas e adiadas... As próprias madeiras iam “falando” comigo. Por exemplo, quando peguei na de Péter Eötvös, vi as borboletas desenhadas na madeira e disse: “Ahh! Isto é o Péter Eötvös”. Eu só pensava, “tenho pouco tempo, não sei se estas madeiras vão dar”. Peguei naquela e disse: “não acredito, já está aqui, nem preciso de fazer grande coisa, é só ajeitar”.

Emocionei-me, senti algo. Eu ouvia a música, mas não a conhecia. Depois de o conhecer, pessoalmente, na cerimónia de entrega dos prémios, fiquei ali como quando um jovem vê o seu ídolo. Embora eu não conhecesse os premiados, passaram a ser os meus ídolos, e tinha receio de não corresponder às expectativas. Foi muito interessante ver o *feedback* deles. Lembro-me ainda da Fundación Santa María de Albarracín: “Ahh, mas isto já é a montanha, só falta a rosa.”

Identifiquei-me com o projeto, em si, do Festival, para além de conceber os troféus. Uma coisa que eu admiro bastante é o facto de alguém se importar com o património e a biodiversidade, que é muito importante no meu trabalho.

Criatividade

Outro projeto desafiador para mim foi a criação de uma coleção de ofertas institucionais para o Município de Sines. Todas as peças foram inspiradas no mar de Sines, permitindo que quem as recebe leve consigo um pouco da essência deste lugar. Este conceito faz sentido para as pessoas, marcando-as pelo sítio por onde passaram. Quem recebe uma dessas peças percebe que foram feitas com amor e respeito pela natureza e pela nossa região. Esta foi uma excelente aposta.

Também tenho tido diversas experiências curiosas no estrangeiro. Tive coisas giras, a ponto de um cliente me mandar uma foto a dizer: “Ahhhh, encontrei isto em Paris. Isto é teu?! Eu acho que conheço”. No meio de Paris, encontrar uma peça minha e identificar como sendo minha é extraordinário. E dizer: “Espera há alguém a tentar copiar-te ou é mesmo teu?”.

Gostava que outros artistas, criativos e as pessoas da terra, pudessem ter a mesma oportunidade que eu tive. No meu caso, fui para Lisboa e fiz tudo sozinha. Consegui! No entanto, muitas pessoas, especialmente os jovens, não conseguem. Seria ótimo que encontrassem mais apoios, incentivos, espaços e oficinas onde pudessem experimentar. Atividades que reunissem criativos e os colocassem a trabalhar com crianças e idosos.

Partilhar experiências com artistas de outras áreas. É importante falarmos e trocarmos ideias, fazer coisas em conjunto. Às vezes, estamos muito sozinhos.

Continuo a vir a esta praia que me transporta para a minha infância. Passo horas aqui! Muitas vezes as pessoas ficam a olhar para mim e, provavelmente, pensam: “Coitadinha, deve ser doente!”. Mas continuo a ser como uma criança, a apanhar



Mão de Tânia Gil

conchas e a apanhar escaldões por estar de rabo para o ar a fazê-lo. A maior parte das vezes nem levo as conchas, apenas as observo, gosto de tocar nas texturas...

Gosto mais de estar em Porto Covo fora da época banear, de estar aqui sozinha, a contemplar...

A partir de entrevista de Tânia Gil, realizada por Ricardo Estevam Pereira a 9 de agosto de 2024.



Bancada de trabalho de Tânia Gil

António Quaresma

Porto Covo

O Iluminismo no Litoral Alentejano

“A duas léguas e meia da villa, está o logarejo chamado – Porto Covo – sentado quasi á beira mar.” Eis a curta referência que lhe faz Francisco Luís Lopes, em 1850, muito antes de ter sido elevado a sede de freguesia, o que só aconteceu em 1984. Celebramos hoje o quadragésimo aniversário desta data, numa nova edição do nosso Jornal, mas para quem quiser aprofundar o conhecimento acerca da história deste lugar único da costa portuguesa, já está disponível uma monografia, da autoria do reconhecido historiador António Martins Quaresma, nascido em Vila Nova de Milfontes, no ano de 1945 (ver Redes do Tempo, n.º 4).

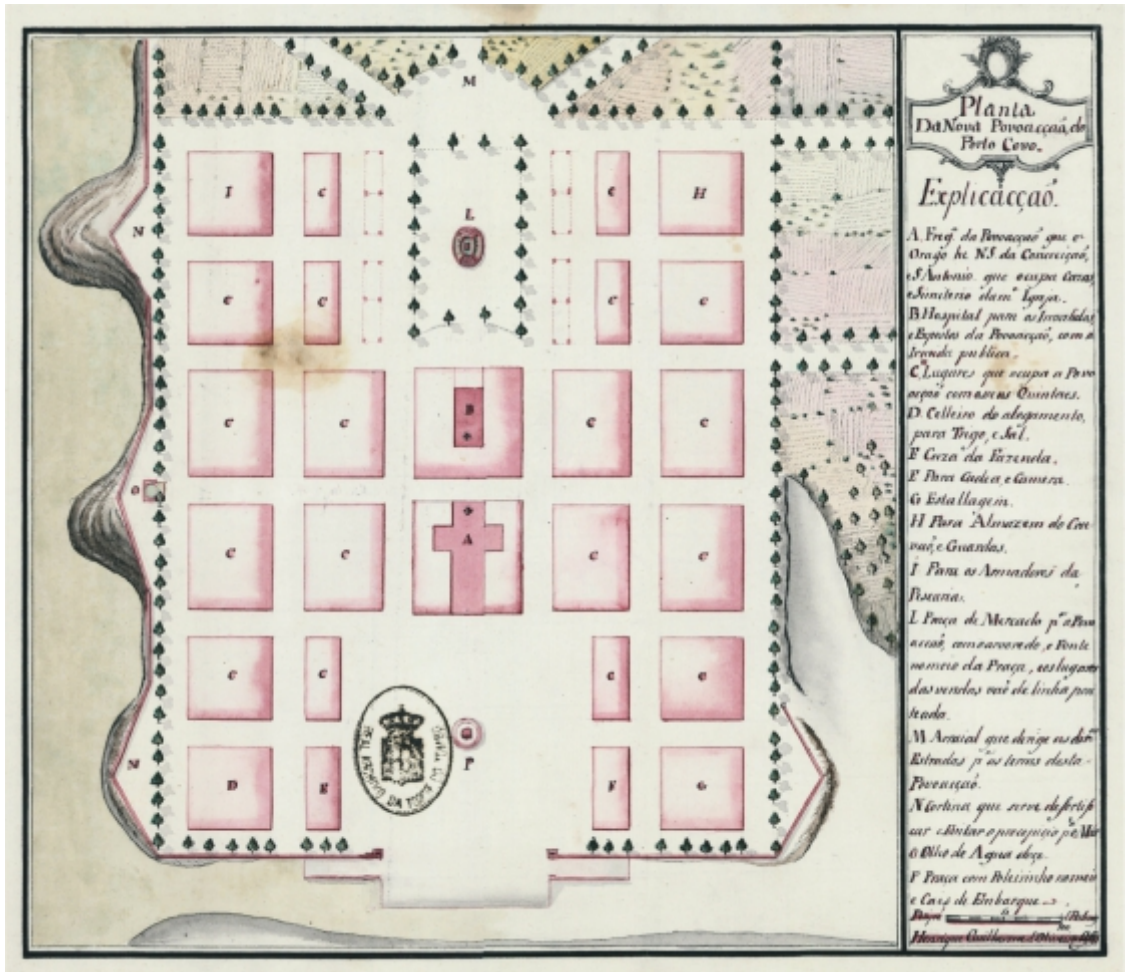
A obra foi apresentada no passado dia 3 de maio, no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, repleto de curiosos e apaixonados pela história local e nela se dá a conhecer o plano urbanístico, de raiz iluminista, que deu origem ao atual Largo Marquês de Pombal, nascido da vontade do negociante da praça de Lisboa, Jacinto Fernandes Bandeira. Este homem, que sonhou criar uma nova povoação, para incremento do comércio marítimo, alicerçou o seu projeto nas utopias do Século das Luzes, debatidas pelos eruditos da Academia das Ciências de Lisboa. Comprou as terras em 1792 e o engenheiro Enrique Guilherme de Oliveira deu corpo ao projeto da nova povoação, de que se conhece uma proposta inicial, bem mais grandiosa e, talvez por isso, não executada.

Esta obra não se reduz apenas ao período da fundação, mas, ao longo das sua 102 páginas, apresenta uma breve descrição física da região que contextualiza a sua ocupação humana, desde a Pré-História até à realidade contemporânea.

Passando pelos projetos dos séculos XVI e XVII para o Pessegueiro, que nos fornecem a primeira cartografia do local, pelos seus projetos portuários, urbanísticos e de fortificação, centra-se fundamentalmente na análise do momento fundador da povoação, em finais do século XVIII. Por fim, ainda é evidenciada a realidade dos séculos XIX e XX, onde estuda o “modo de vida anfíbio” da população, expressão que o próprio autor reutiliza para caracterizar uma atividade económica repartida entre a agricultura e a pesca. O trabalho de investigação, como é de esperar do autor, é assente numa vasta pesquisa de variadas fontes. Passou pelas fontes históricas e historiográficas, pelos arquivos, pelas fontes orais, pelas fototecas dos habitantes, etc. São notáveis os argumentos utilizados e a fundamentação dos mesmos, como é evidente ao longo das 303 notas de rodapé e dos documentos publicados em anexo.

A redação dos conteúdos é feita de forma acessível, cativante e estimulante, criando uma narrativa que abre as portas de Porto Covo e da sua história aos turistas interessados em conhecer melhor a terra que visitam; capaz de despertar a curiosidade de quem ainda não a conhece, sem nunca abandonar o rigor académico da análise das problemáticas, da argumentação, bibliografia e fontes que dão força à sua exposição. Um exemplo que se revela de enorme importância, fundamentalmente, para os habitantes de Porto Covo, e sobretudo para as novas gerações, a quem é fundamental dar a conhecerem as suas raízes.

José Miguel Vidal



Planta da Nova Povoação de Porto Covo, assinada por Henrique Guilherme de Oliveira, ANTT.



António Quaresma (2023) – Porto Covo; O Iluminismo no Litoral Alentejano. Sines: Museu de Sines

«A primeira notícia disponível em que é patente o interesse de Jacinto Fernandes Bandeira por Porto Covo remonta a 16 de Maio de 1792. Nesta data, ele comprou, por um conto e duzentos mil réis, a herdade de “Porto Covo (sic), ou Porto Cobinho (sic), sita no termo de Sines, comarca do Campo de Ourique Província do Alemtejo”. Foi vendedor José António Henriques, “negociante de madeiras de navios, morador em Setúbal” e, depois, no “Salitre de São José”, em Lisboa. Este, por sua vez, havia comprado a herdade a Miguel Nunes Moreira e sua mulher Ana Jacinta, pessoas da região, moradores no vizinho Monte da Parreirinha. Jacinto Fernandes Bandeira, que aparece na escritura com os títulos de “Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo” e “Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação”, morava na Rua de São Domingos, freguesia da Lapa, e foi representado no acto de aquisição por um procurador, José Inácio de Frias, “escrivão dos Marítimos Pescadores”, que residia na Rua da Queimada, freguesia de Santa Catarina.

De notar a relação de todos estes homens com as coisas do mar. A aquisição sucessiva desta herdade por pessoas que tinham interesses no comércio marítimo não parece ocasional; ela dever-se-ia à circunstância de a propriedade possuir um porto marítimo, que, embora de pequenas dimensões, desempenhava já certo papel na exportação de mercadorias regionais, mormente combustíveis. O interesse de um negociante de madeiras de navios em possuir a herdade de Porto Covo também parece estar ligado à sua actividade, uma vez que próximo havia abundantes sobreiros, uma das madeiras densas de que se fazia o cavername dos navios.

A herdade do Porto Covo, que incluía a “baía” também assim chamada, constituiu, pois, a base territorial do projecto económico e senhorial de Jacinto Fernandes Bandeira e o núcleo fundacional da baronia, do viscondado e, finalmente, do condado do mesmo nome.

Passados dois anos sobre a compra da herdade, em 31 de Maio de 1794, Jacinto Fernandes já tinha, como refere a carta régia que o fez fidalgo cavaleiro da Casa Real, “princiado uma povoação no sítio de Porto Covo, de que pode resultar muita utilidade ao comércio e transportes da província do Alentejo, cuja povoação se obrigou a concluir na conformidade do mapa que apresentou”.

António Quaresma (2023) – Porto Covo; O Iluminismo no Litoral Alentejano. Sines: Museu de Sines, p. 35- 36.